

ENTREVISTA – DIAPHONÍA – 3. NÚMERO – 2023

Nesse segundo número da DIAPHONÍA em 2023, a Revista entrevista o Professor Doutor José Atílio Pires da Silveira do Colegiado de Filosofia da UNIOESTE. O periódico, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial nessa edição.

D [DIAPHONÍA]

JAPS [José Atílio Pires da Silveira]

D – O professor poderia reconstituir um pouco sobre sua biografia, formação e o que motivou o interesse pela área da Filosofia?

JAPS – Gostaria de saudar a todos os leitores e, em especial, ao prof. Claudinei e à equipe da DIAPHONÍA pela iniciativa deste projeto importante que mostra um pouco da individualidade de cada um de nós professores do Curso de Filosofia da UNIOESTE. Não sei avaliar até que ponto essa conjunção de pessoas é a face do curso, mas, com certeza, ela empresta de si parte considerável da personalidade institucional que ele possui.

Minha relação com a Filosofia começou em setembro de 1983, quando tive de escolher um curso para fazer o vestibular. Escolhi a Filosofia porque naquele momento estávamos em plena luta pelas eleições diretas no Brasil e a minha geração era apaixonada por discutir política, e a Filosofia era um conhecimento que possibilitava um aprofundamento e uma maior qualificação na participação das discussões e debates.

Ingressei no Curso de Graduação em Filosofia da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) em março de 1984, levei dez anos para concluir a graduação. Minha dificuldade era entender a Filosofia, a mim ela parecia ser uma espécie de Torre de Babel, os discursos e textos não corroboravam uns aos outros, os temas eram muito variados, os métodos então, nem se fala. Levei um tempo para entender que a Filosofia não é uma forma de conhecimento em que um continua o trabalho de onde o outro parou. A Filosofia é uma espécie de eterno recomeço em que o passado era permanentemente revisitado e revisado.

Nesse período de graduação participei da vida acadêmica em tudo o que eu podia. Em 1988 ganhei uma Bolsa de Trabalho da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFSM, ela me permitiu conhecer a universidade do seu ponto de vista operacional, fiz parte da equipe editorial de uma revista que divulgava trabalhos dos estudantes e trabalhei junto à Direção do Centro de Educação. Em 1990 ganhei uma bolsa de iniciação científica da CAPES em que pesquisei a obra de Adorno e Horkheimer, mais especificamente a crítica ao iluminismo, tendo sido orientado pela profa. Cecília Maria Pinto Pires. Essa pesquisa me levou a considerar que a busca pelo conhecimento está revestida de uma certa determinação de natureza trágica, no sentido de que não temos como escapar do sofrimento e da dor. A causa da perplexidade de Adorno e Horkheimer com as atrocidades que somos capazes de fazer conosco mesmo se deve ao fato de que na origem da sofisticação da nossa compreensão do mundo não estava a consideração por um resultado tão pouco emancipatório como o propiciado pelo conhecimento mais rigoroso associado aos propósitos de aniquilamento de populações humanas e resultou na construção dos campos de extermínio. Um paradoxo. Por quê algo que não deveria acontecer, aconteceu? Isso me levou ao pensamento de Jürgen Habermas e a busca pelas condições ideais de estabelecimento de um diálogo sincero, sem uso de armadilhas e artimanhas.

Por um bom tempo acreditei que com uma lógica robusta e conteúdos verdadeiros nenhuma linha de argumentação seria preterida. A questão da verdade é algo mais complicado de se resolver, mas a necessidade lógica é algo evidente, basta aprender um pouco das suas regras. Contudo, vi, tanto na vida acadêmica quanto fora dela, que a lógica e a verdade não fazem muita diferença na maioria dos contextos nos quais poderemos vir a nos encontrar. Elementos lógicos, gramaticais e veritativos pesam menos que componentes de natureza social, econômica, política e religiosa na aceitação de um argumento.

Após me formar na graduação em 1993, fiz uma seleção para professor substituto de Lógica no Curso de Filosofia da UFSM. Essa seleção foi marcante na minha vida, pois tive de concorrer com um colega e amigo que elevou o nível da concorrência, fazendo com que eu me empenhasse na preparação como até então eu nunca havia feito. Essa preparação me trouxe para Toledo alguns anos depois,

pois houve abertura para a vaga de professor de Lógica como professor temporário da UNIOESTE em fevereiro de 1996. Fiz a minha inscrição e realizei a seleção de cuja banca fizeram parte os professores Tarcílio Ciotta e Edson Medeiros.

Desde então sou professor da UNIOESTE. Nesse mesmo ano, junto com o prof. Luis Portela, propusemos e foi aprovado pelo Colegiado de Curso o projeto do Simpósio de Filosofia da Unioeste, cuja primeira edição foi em outubro de 1996. O projeto participou de edital da CAPES e foi contemplado com recursos financeiros para a sua realização. Para mim isso representou e ainda representa um elemento de forte motivação para o trabalho acadêmico. Nosso empenho superou nossa falta de expertise. Foi um período de intenso aprendizado institucional, com projetos, relatórios, requerimentos, resoluções, etc.

Eu e o Portela éramos jovens professores sem nenhuma experiência na organização de um evento da envergadura do Simpósio. Mas, quando se é jovem, somos agraciados com o dom do destemor, não pensamos nas possibilidades de insucesso ou fracasso. Nos lançamos com todas as nossas energias na sua realização. A partir daquele ano, passou a ser constante a vinda anual de professores e pesquisadores de outras instituições a Toledo em razão do Curso de Filosofia para apresentarem os resultados de seus estudos e pesquisas na área.

No final de 1996 fiz concurso para professor efetivo da UNIOESTE e tomei posse em março de 1997. No início de 1997, logo após a posse como professor efetivo, fui encarregado pelo Colegiado de Curso de coordenar um grupo de trabalho para adequar o Curso de Filosofia da UNIOESTE às novas exigências determinadas pelo MEC. No final de 1997 fui eleito Coordenador do Curso de Graduação em Filosofia da UNIOESTE. Exerci essa função nos biênios 1998-1999 e 2010-2011. Foram experiências importantes na minha vida acadêmica, pois pude perceber que a própria atividade filosófica é muito influenciada por questões que não são em nada de natureza filosófica. Percebi que somos pouco ousados nos modos de atingirmos os fins últimos da universidade. Ao mesmo tempo em que me encontrava envolto nas questões político-administrativas, meu interesse pela filosofia não ficou de lado. Nesse tempo eu pesquisava sobre a memória na obra de John Locke. Achei interessante a descrição do funcionamento da memória feito por

Locke, segundo sua concepção ela possui um caráter ativo, não sendo meramente um armazém de ideias.

D – Acerca, agora, de sua trajetória de pesquisa iniciada com os estudos na área da Lógica e da Filosofia da Linguagem, mais precisamente. Quais as motivações que o levaram trabalhar tais perspectivas?

JAPS – Meu interesse pela linguagem foi despertado pela explicação lockeana da origem dos elementos mais básicos do conhecimento, as ideias; que se dão, para ele, a partir da experiência sensível. Para que não confundamos umas com as outras inventamos os nomes, como elementos que destacam uma característica própria daquilo que é nomeado.

Quando li Locke pela primeira vez fiquei entusiasmado com a sua explicação sobre os conteúdos de nossos pensamentos. Imagina poder fazer uma genética das nossas ideias, identificar os componentes que lhes deram origem? Imagina poder entender como o mecanismo invisível de nossas faculdades intelectuais e sensíveis funcionam e se integram?

A curiosidade pela memória me fez perceber a importância da linguagem na realização da atividade filosófica. A linguagem é o próprio meio no qual a filosofia, em busca dos seus objetivos, se desenvolve. Eu acreditava que os sons tinham uma relação com o que é das coisas para os quais eles eram empregados como marcas distintivas. Como em todo sinal, eu pensava que a filosofia lockeana poderia mostrar um caminho de decifrar os códigos que estão por trás deles (sinais).

Essas questões me interessaram filosoficamente porque sempre quis entender porquê algumas pessoas quando falam são ouvidas e outras, como eu, não? Existiria uma condição de uso da linguagem que eu não cumpria? Será que as palavras que eu uso não são as mais adequadas para chegar até o íntimo das pessoas? Hoje eu compreendo que é um pouco de cada um desses fatores mais o de ser um sujeito econômico com as palavras. Desde que me tornei professor compreendi que ser um pouco prolixo não chega a ser um defeito. Vocês devem estar percebendo agora mesmo. Levei um tempo para compreender que não é uma deficiência não entender bem algo quando da sua apresentação pela primeira vez. Na maioria dos casos precisamos de uma série de perguntas esclarecedoras para

entendermos o que o outro quis dizer. Para quem foi criado numa cultura em que meia palavra basta, falar pelos cotovelos não é considerado uma virtude. Isso me faz lembrar de uma passagem do pensamento de Jean Jacques Rousseau no “Ensaio sobre a origem das línguas” em que ele compara os modos de um francês e de um turco no uso da linguagem e afirma que “enquanto um francês se agita e martiriza o corpo dizendo muitas palavras, um turco tira por um momento o cachimbo da boca, diz a meia-voz duas palavras e esmaga-o com uma sentença”. Tive de me afrancesar, não é possível filosofar sem um conjunto considerável de palavras e sentenças.

Para mim a linguagem era uma forma de emulação do mundo sem os seus objetos, pois eles foram transformados em palavras. Até que conheci o pensamento pouco ortodoxo de John Langschaw Austin sobre a linguagem e seu caráter performativo em “Quando dizer é fazer” e “Sentido e Percepção”. A linguagem não consiste somente em produzir uma representação do mundo, a gente faz outras coisas com ela. Por exemplo, influenciar a ação e o comportamento dos outros.

Em 2000 ingressei no mestrado de Filosofia da UFPB cujo trabalho de dissertação, orientado pelo prof. André Leclerc, foi sobre “Austin e o Realismo”. Nesse trabalho eu me detenho na crítica que Austin faz ao modo como são relacionadas doutrinas antagônicas acerca dos conteúdos das nossas percepções. Sua crítica à dicotomia como forma de organização do pensamento se fundamenta numa ontologia subjacente ao vocabulário empregado no uso comum da linguagem.

Daí para o estudo da Retórica foi um movimento rápido. A Retórica é uma disciplina que julgo importantíssima na formação de um graduando em Filosofia. Posso seguramente dizer que após conhecer a Retórica, minha forma de ver a linguagem e usá-la mudou significativamente. Eu tinha vergonha de ser enfático quando deveria ser, tinha receio de usar determinadas construções por julgar que as pessoas poderiam compreendê-las de modo errado. Ambiguidade, então, nem pensar! Em suma, hoje eu considero que meu modo de empregar a linguagem escrita e oral devia ser algo semelhante a um robô falante, com poucas inflexões e muita monotonia.

Aristóteles afirma na “Arte da Retórica” que a capacidade que algumas pessoas demonstram ter em usar a linguagem e captar a atenção do outro é algo com o qual elas já nasceram. No entanto, nos diz o filósofo, isso que é desempenhado quase que no estado de arte por alguns afortunados que nasceram com esse talento, também pode ser aprendido e executado. Um professor de Filosofia tem de ter um domínio especial no uso da linguagem, um bacharel e pesquisador também precisam ser usuários com capacidade de explorar os recursos que a linguagem nos coloca à disposição, caso contrário o filosofar será nada mais do que uma colagem de termos sem características identitárias.

O estudo da Retórica me levou à pesquisa em torno da inteligência artificial. O uso da linguagem foi a forma proposta por Alan Turing para reconhecer se uma inteligência artificial possui a mesma capacidade que a humana. O “jogo da imitação” proposto por Turing é um jogo de linguagem que consiste em avaliar se um determinado dispositivo dotado de inteligência a possui no mesmo nível que um ser humano.

Um dos resultados desse estudo foi o trabalho de tese de doutorado em Filosofia na UFPB em 2017, sob orientação do prof. Edmilson Alves de Azevedo, cuja temática trata do projeto de inteligência artificial e seu objetivo de produzir inteligência semelhante à humana a partir do conhecimento que temos de nós mesmos. Minha hipótese de trabalho era responder à questão se o projeto de inteligência artificial corre o risco de ser considerado como a Alquimia, que prometia transmutar os elementos.

Atualmente me encontro afastado para a realização de trabalho de pós-doutorado que consiste na reescrita da minha tese de doutorado no formato de um texto ilustrado para o público infantil. Esse tem se revelado um trabalho que está me dando a possibilidade de tratar da escrita filosófica de uma outra perspectiva, não acadêmica. Estou experimentando o que é ser um escritor. Ser escritor é, antes de mais nada, ser um inventor. Ele escolhe desde a linguagem até os conteúdos que são relevantes e merecem ser mencionados. A sensação de liberdade é infinitamente maior que a empregada nos textos acadêmicos. O formato acadêmico não permite muitos arroubos de expressões excêntricas. Já o texto no formato literário aceita até mesmo a incorporação do que é paradoxal e absurdo.

Tamanha liberdade nos impõe um risco, ao de dizer-se nada ao pretender dizer-se de todas as maneiras possíveis.

D – O professor também nutre um interesse particular pela filosofia da tecnologia e questões éticas atinentes à mídia digital. Poderia falar um pouco sobre tais interesses? Quais outros projetos teóricos tem em vista?

JAPS – Meu interesse pela tecnologia foi induzido pelas questões com as quais tratei na elaboração da tese de doutorado. Por que produzimos artefatos tecnológicos como os computadores? A tecnologia sempre esteve presente na cultura humana? Como ela é definida filosoficamente? Essas são questões bastante antigas entre os filósofos e ainda hoje continuam estimulando o debate com novas perspectivas e propósitos.

Penso que as novas tecnologias de tratamento de informações podem ser empregadas na realização do trabalho filosófico. Eu e mais alguns colegas da Filosofia e das Ciências da Computação estamos trabalhando num projeto que consiste na construção de um algoritmo que possa ser aplicado numa análise das fake-news a partir da abordagem performativa da linguagem de John Langshaw Austin.

De acordo com o pensamento de Austin, quando realizamos um proferimento de linguagem executamos três atos ou ações: 1) o proferimento em si, 2) o sentido dado a ele e 3) o efeito pretendido pela realização do proferimento. Conforme nossa hipótese de trabalho não há muito problema, com relação às fake-news, no que diz respeito aos dois primeiros atos (proferimento e doação de sentido). Nós entendemos as palavras proferidas e os sentidos que podemos atribuir a elas. Mas fica difícil entender o que alguém pretende quando faz um proferimento reconhecidamente mentiroso com pretensão de verdade. O que alguém pretende atingir como objetivo ao realizar um proferimento assim?

A pesquisa se encontra na fase de elaboração de um algoritmo que empregará as tecnologias de aprendizagem de máquina, processamento de linguagem e mineração de dados para fazer um trabalho que só seria possível de ser realizado por uma equipe considerável de pessoas.

A possibilidade de trabalhar com colegas de outras áreas é uma experiência desafiadora e empolgante. Desafiadora porque este é o encontro de duas linguagens que precisam ajustar seus vocabulários. Hoje eu compreendo que nosso horizonte de compreensão se amplia à medida que entendemos melhor o modo de expressão do outro. Empolgante porque vejo as possibilidades de aplicação ao trabalho filosófico que um instrumento como esse ofereceria. Por exemplo, nós não lembramos de tudo o que afirmamos nas nossas publicações. Não seria interessante uma memória auxiliar que nos lembraria com precisão daquilo que já dissemos a respeito de um determinado assunto ou tema que estamos tratando no momento? Não seria interessante você recuperar uma interpretação dada a passagem de uma obra que, por não ter registrado, você acabou esquecendo? Não seria interessante testar os sentidos possíveis de um proferimento e sua relação com os efeitos que sua realização pode produzir em quem o ouve?

Este ano entramos no nosso segundo ano de trabalho. Todos os integrantes do grupo são voluntários. Nossas reuniões de trabalho são periódicas e se realizam via Plataforma Teams. Esse projeto não está institucionalizado. O grupo decidiu que a informalidade testa com maior rigor nosso interesse de participação.

D – O professor atua, na UNIOESTE, há quase três décadas. Que significado histórico-pessoal e acadêmico essa vivência lhe proporcionou?

JAPS – Quando vim para Toledo em 1996 eu quase nada conhecia dessa região do país, a única informação que eu tinha era sobre Cascavel e o apreço pela velocidade com suas corridas de carro. Vim porque no Rio Grande do Sul não havia emprego suficiente para os formados em Filosofia ingressarem no mercado de trabalho. Vim porque eu queria fazer valer os meus 10 anos de graduação, depois de tanto tempo para me formar eu não podia aceitar outra coisa que não tirar o meu sustento desse esforço realizado. Vim porque colegas incentivaram e apoiaram. Sempre serei grato à profa. Rosemarie Gutheil Franzen que generosamente me recebeu em seu apartamento até eu conseguir alugar uma casa. Na verdade, a casa de Rose era uma casa de acolhimento para muitos colegas que vieram de fora trabalhar na UNIOESTE além de mim.

Fiz muitas coisas nesses quase 30 anos de trabalho na instituição. Muitas coisas aconteceram comigo e com a própria UNIOESTE. Hoje posso dizer que muito daquilo que sou devo a esta instituição. A minha vida está amalgamada com a existência dessa universidade. Ela deu sentido a um conjunto de esforços que envolveu vários agentes (família, escola, igreja, amigos da rua, esposa, colegas...). A importância que dou à UNIOESTE está relacionada a um episódio importante na minha vida acadêmica e profissional.

Como disse acima, fui Coordenador do Curso de Filosofia da UNIOESTE nos anos de 1998 e 1999. Na última assembleia do CEPE de 1999, última que eu participava como Coordenador de Curso, pois já havia feito a seleção para o mestrado na UFPB a partir do ano 2000, foi colocada para deliberação a reforma do PPP do Curso de Filosofia. Essa reforma levou dois anos sendo formulada pelo Colegiado de Curso. Ela foi aprovada em todas as instâncias até chegar ao CEPE. Como acontece com todas as matérias encaminhadas para deliberação da assembleia do Conselho, elas são revisadas na semana anterior à realização da assembleia por uma das Câmaras do Conselho. As propostas que estão em acordo com a legislação são aprovadas pela Câmara e passam a fazer parte da pauta da assembleia. O novo PPP de Filosofia foi aprovado por unanimidade pelos membros da Câmara de Ensino. Na semana seguinte, quando chegou a vez da nova proposta de PPP do Curso de Filosofia ser colocado em apreciação para deliberação do Conselho naquela assembleia, o relator da matéria que era o pró-Reitor de Graduação pediu a palavra e solicitou, num longo discurso, a retirada da matéria de pauta. Ninguém entendeu o gesto, os membros da Câmara de Ensino ficaram se olhando como que procurando uma razão para o pedido de retirada de pauta. Eu solicitei a palavra e argumentei que aquela proposta estava de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC obrigando os cursos de filosofia de todo o país de se adequarem a elas. Que a proposta havia sido aprovada por unanimidade na semana anterior pelos membros da Câmara. Argumentei com paixão que aquela era uma adequação que transformaria o Curso de Filosofia da UNIOESTE num curso em que toda a ênfase seria dada à formação filosófica. Depois de argumentar pensei com os meus botões:

- Sou um simples professor do Curso de Filosofia que recentemente cumpriu o estágio probatório e está argumentando contra um pró-reitor que é conhecido de todos da universidade e tem o apoio da equipe que administra a instituição. Qual a chance de sucesso da demanda pela qual o Colegiado de Filosofia me encarregou de defender nesse Conselho?

Eu calculava que a probabilidade de a matéria ser colocada em apreciação e aprovada era muito baixa, próxima de zero. Considerava, naquela ocasião, que a derrota era quase certa. No entanto a vida sempre nos reserva surpresas, em alguns casos, como nesse, boas surpresas. O Conselho colocou em apreciação a matéria e aprovou a reforma do novo PPP do Curso de Filosofia por 13 votos a favor e 11 abstenções. Naquele momento, mergulhado numa grande emoção solitária e contida, na Sala dos Conselhos da UNIOESTE, eu fiz um juramento para mim mesmo, que trabalharia até a minha aposentadoria nessa instituição que julgou com sabedoria um caso que não teria o mesmo desfecho se fosse em outra. Me senti orgulhoso por fazer parte de uma universidade que olhou com os olhos da inteligência algo que raramente é visto dessa forma.

23

D – Qual sua posição relativa à disciplina de Filosofia no ensino médio em face da atual conjuntura nacional? Quais as implicações do ponto de vista das políticas públicas?

JAPS – O ensino de filosofia sempre teve altos e baixos no Brasil. Ela era ótima quando servia para refinar o conhecimento e cultura de uma elite. Quando passou a ser acessível ao domínio das massas, ela se tornou um elemento político perigoso que deve ter seu escopo de influência reduzido ao máximo possível. Não esqueçamos que, por mais abstrata que possa parecer ser, a atividade filosófica tem um objetivo inicial e fundamental que lhe é muito caro e distintivo, o de ser uma busca pela compreensão do que se passa à nossa volta. Esse esforço é um exercício poderoso para que reflexões de natureza não-filosófica sejam realizadas em alto nível. Por essa razão ela transformou-se num elemento político altamente relevante.

Existem duas posições antagônicas quanto ao papel da filosofia na sua relação com a política. Se para uma a atividade filosófica não deve influenciar ou ser

influenciada pela política, para a outra a atividade filosófica não tem como ser realizada sem um compromisso de natureza política.

Esse embate é o pano de fundo da realidade vivida por nossos colegas professores de filosofia no ensino médio. Do modo como está sendo feito no estado do Paraná, não tem como haver ensino de filosofia, pois diretrizes que não permitem uma tomada de consciência dos conteúdos pelos estudantes não concorrem para que o conhecimento filosófico seja disseminado. Quando o professor enfrenta um ambiente em que as condições encontradas não favorecem o alcance dos objetivos da sua disciplina não temos o que comemorar. Apesar dos esforços sobre-humanos que nossos colegas do ensino médio realizam, não temos muito o que esperar de positivo de um modelo de ensino que perdeu a visão integral do ser humano. Quando lembro dos relatos sobre a atividade do ensino de filosofia feitos por ex-alunos nossos que hoje são professores do estado eles me parecem um pedido de socorro para que o absurdo que eles vivem seja devidamente considerado pela sociedade. Eles não têm como alcançar propósitos didático-pedagógicos eticamente justificáveis porque a concepção de organização do ensino visa exatamente isso.

Hoje temos a possibilidade de recuperar condições que foram perdidas e melhorar o ambiente do ensino de filosofia. Por isso são pautas importantes as melhorias das condições de trabalho dos professores, uma carga-horária da disciplina que não seja de faz de conta, que os professores não sejam meros revisores de infindáveis trabalhos. Uma das consequências dessa desvalorização da filosofia é a baixa procura no vestibular para o curso de filosofia.

Há apenas uma década, nossos graduandos nem haviam concluído o curso e já tinham perspectiva de trabalho efetivo. Não havia preocupação com a perenidade do curso, como temos hoje, pois esta estava assegurada por um mercado de trabalho aquecido e dinâmico. Depois desse período, os sucessivos governos diminuíram drasticamente a carga-horária da disciplina de filosofia. Isso sem falar na volta do ensino manualesco.

Enquanto não tivermos assegurado de forma estabilizada uma carga-horária para a disciplina de filosofia no ensino médio, não tem como pensarmos uma política de formação de professores de filosofia de longo prazo. Os cursos de

licenciatura vivem à mercê de políticas de ensino que muitas vezes são divergentes de um governo para o outro.

D – Qual a sua perspectiva para a Filosofia no país? Que desafios a área tem pela frente em meio a tantos ataques na seara, como um todo, das Humanidades?

JAPS – O meio filosófico brasileiro possui seus próprios embates, com preferências por diferentes autores, temas e épocas. No entanto, sempre se manteve unido em torno do ensino de filosofia. Alguns afirmam que no Brasil temos excelentes professores de Filosofia, mas não filósofos genuínos. Não concordo com essa afirmação, porque ela pode estar fortemente impregnada de um auto-preconceito, de que não alcançamos o mesmo nível teórico e de reflexão que nos lugares onde a Filosofia possui uma tradição como atividade firmemente consolidada. Penso que talvez seja mais um caso de falta de parâmetros adequados para um auto-reconhecimento do que a ausência de atividade de alto nível nos rincões tupiniquins.

Costumo estabelecer um paralelo entre a história do futebol com a da Filosofia no Brasil. O futebol foi introduzido no Brasil por uma elite que vivia na Europa e de lá traziam novas modas e costumes. Ele foi por um bom tempo praticado no Brasil como se fosse um modelo de comportamento social que deveria ser executado da mesma forma tanto nos campos bretões quando em terras tropicais. Essa era uma forma de mostrar-se sofisticado e superior frente ao resto da plebe rude e ignara. O futebol era um esporte caro e pouco acessível a quem não tivesse dinheiro para comprar uma “pelota” de couro e uniformes produzidos na Europa.

Quando o futebol foi para os baixios das várzeas, ele se reinventou e adquiriu novas nuances e características. Ele foi reinventado sem serem alteradas as suas regras. A indisciplina tática, a invenção do drible, a catimba, a alegria foram ingredientes introduzidos pelos brasileiros da várzea no futebol, por aqueles que viram nesse esporte a possibilidade de praticá-lo de um novo modo, com uma plástica e coreografia mais fluídas e leves, em alguns momentos até mesmo irresponsáveis.

Penso que algo semelhante deverá acontecer no meio filosófico brasileiro. Devemos aprender a reconhecer que novos modos de se fazer filosofia são honestos e sérios, mesmo que não sigam exatamente um modelo já consagrado. Como professor de filosofia me dedico a popularizar a filosofia com o propósito de, ao torna-la um elemento das massas, favorecer o surgimento de um modo próprio de nos expressarmos filosoficamente. Pode parecer uma pretensão boba a de querer filosofar de um modo próprio, mas isso já acontece, não é algo deliberado. Os elementos de cultura são muito afeitos a assimilar aspectos e características próprias daqueles que os adotam.

Contudo, isso não retira a importância do que se fez e faz em filosofia no Brasil. Em momentos críticos da vida do país a filosofia se apresentou como catalisadora de mudanças e avanços sociais e políticos. A realidade que a comunidade filosófica brasileira historicamente enfrenta a tornou resiliente e resignada de seu papel no processo civilizatório. Talvez essa seja a principal característica da atividade filosófica no Brasil, tornar viável o que está para o aniquilamento.

A Revista Diaphonía agradece ao aceite do convite do entrevistado Professor Doutor José Atílio Pires da Silveira, e também à sua participação conosco na presente edição inédita de 2023.